

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 2 dias de Minas

Class.: 60

Data: 23/08/86

Pg.: \_\_\_\_\_



*Os índios contam com o apoio do Conselho Indigenista Missionário*

# Xakriabás denunciam as violências que envolvem a polícia

Representantes dos índios Xakriabá e do Cimi — Conselho Indigenista Missionário, órgão anexo à CNBB, vão a Brasília para apresentar denúncias de invasões de terra, crimes e ameaças. Cerca de cinco mil índios vivem hoje nas 22 aldeias da reserva dos Xakriabás, que agora é de 46.414 hectares (demarcado pela Funai em 1979), um terço da sua área de direito.

A doação das terras aos índios pela Coroa Portuguesa data de 1728, mas a implantação de projetos agropecuários pela Ruralminas entre 1967 e 1969, no Norte de Minas, gerou o interesse de empresários pela região, favorecidos pelos incentivos fiscais.

Em 1982, José Ferreira de Paula, prefeito de Itacarambi, onde se situa a reserva indígena, adquiriu uma posse de um grande grileiro do Norte de Minas, Manuel Caribé Filho, e, com jagunços, invadiu quatro mil hectares da reserva. Houve uma chacina na aldeia Sapé e outros grileiros, incentivados, fizeram outras invasões contando principalmente com a ajuda da polícia de Itacarambi.

Em dezembro de 1985, o prefeito diz ter vendido os sete mil hectares da aldeia Sapé, a Gonçalo dos Santos, que reuniu mais de 30 jagunços para atacar a aldeia, desalojando 17 famílias, destruindo três casas e saqueando as outras, além de

mataram o gado e destruíram as roças. A polícia Federal esteve no local, reintegrou os índios na aldeia, mas até hoje nenhuma providência foi tomada. A versão das polícias Civil e Militar de Minas também coincide com a versão dos grileiros.

Fábio Alves dos Santos, membro do Conselho Indigenista Missionário, conta que dois índios que cometeram crimes foram imediatamente presos, mas "os criminosos dos índios permanecem impunes, contanto com o respaldo da polícia". Fábio acusa o prefeito de Itacarambi de coordenar a violência contra os índios e lembra que no Norte de Minas "a grilagem é feita com auxílio da Polícia Militar. O próprio delegado de Itacarambi, Antônio Reis, invadiu, acompanhado de jagunços, a casa do índio Rosalino Gomes de Oliveira, levando cinco calças (roupas).

Em maio de 1986, o pistoleiro Alfredo Ferreira Leite e membros da família Vidoca mataram o índio José Pereira Lopes, ferindo gravemente outros dois, na aldeia Pindaíba. A Polícia Federal novamente instaurou inquérito. Ninguém foi punido e os pistoleiros, hoje, transitam armados na reserva indígena, ameaçando cometer outros crimes, contando com a impunidade. Os índios foram até proibidos de colher a própria cana pelos pistoleiros

da família Vidoca e, na aldeia Sapé, a casa de farinha construída pelos índios está ameaçada de ser tomada. Na aldeia Barreiro, os grileiros Sivaldo Mendes Cardoso e Renato Mendes Cardoso, em julho deste ano, começaram a ameaçar os índios. Na reserva, se dedicam à lavoura de milho, arroz, feijão, cana, algodão e pés de árvores frutíferas, além da criação de gado.

Fábio dos Santos considera a política indigenista da Nova República, "uma das piores dos últimos anos", sendo guiada pelo Conselho de Segurança Nacional, órgão que não dispõe de competência legal para interferir na questão indígena. Apesar de todas as autoridades estaduais e federais estarem abundantemente informadas pelo Conselho Indigenista Missionário, continua Fábio, este ano, ainda não houve nenhuma demarcação de área indígena, e 30 processos já prontos para o encaminhamento à Presidência, estão retidos no Ministério do Interior.

Ele lembra outra irregularidade, quando o empresário Paulo Roque, obteve um título de posse de terra dentro da área indígena, assinado pelo então governador do Estado, Tancredo Neves, o que contraria o artigo 198 da Constituição Federal.